

EVENTOS CULTURAIS E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO: A EXPERIÊNCIA DA FESTA LITERÁRIA INTERNACIONAL DE PARATY

Juliana Costa Bitelli¹, Yasmin Abdalla Silva dos Santos²

RESUMO

O presente estudo busca relacionar a produção de eventos culturais — sobretudo a partir da perspectiva da figura do gestor cultural — à preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial. A partir do estudo de caso da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), evento que tem no Centro Histórico de Paraty o território elementar na construção de sua programação e de sua marca, a intenção das autoras é avaliar se há indícios de que a Flip se relaciona com a preservação de seu entorno e como se dá esse relacionamento. Esta investigação se deu a partir de um desenho qualitativo de pesquisa, tendo como destaques a análise documental e a realização de entrevistas em profundidade com diferentes agentes culturais envolvidos na relação entre evento, cidade e população.

Palavras-chave: Eventos Culturais. Patrimônio Cultural Material. Patrimônio Cultural Imaterial. Gestão Cultural.

ABSTRACT

The present study aims to relate the production of cultural events — especially from the perspective of the cultural manager figure — to the preservation of cultural heritage, be it material or immaterial. Based on the case study of the International Literary Festival of Paraty (Flip), an event that has the Historic Center of Paraty as elementary territory to

-
- 1 Bacharel em Letras com habilitação em francês pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, com especialização em Gestão Cultural pelo Centro de Cultura e Formação do Sesc-SP. Passou por diversas casas editoriais, integrou a equipe de comunicação da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip) como editora de peças gráficas e foi coordenadora do núcleo de publicações do Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand (Masp). Atualmente, coordena as atividades da editora Temporal. E-mail: jucbitelli@gmail.com.
 - 2 Formada em Jornalismo e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo, com especialização em Gestão Cultural pelo Centro de Cultura e Formação do Sesc-SP. Passou por diversos veículos jornalísticos e, desde 2016, dedica-se à comunicação e à produção de projetos culturais, incluindo a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). Atualmente, coordena as áreas de comunicação e conteúdo da SP-Arte. E-mail: yasmin.abdalla@gmail.com.

the construction of its programming and brand, the authors' intention is to evaluate whether there are indications that the Flip relates to the preservation of its surroundings and how this relationship takes place. This investigation used a qualitative research design, having, as highlights, the documentary analysis and the conduct of in-depth interviews with different cultural agents involved in the relationship among event, city and population.

Keywords: Cultural Events. Tangible Cultural Heritage. Intangible Cultural Heritage. Cultural Management.

INTRODUÇÃO

Falar de preservação de patrimônio é falar também de interpretações. Interpretações sobre aquilo que foi determinado local, no passado, e sobre o que ele ainda será, no futuro. Com essa reflexão em mente, este artigo foi produzido como fruto do projeto de pesquisa realizado no curso de Gestão Cultural do Centro de Pesquisa e Formação do Serviço Social do Comércio de São Paulo durante o ano letivo de 2019/20 e das experiências pessoais e profissionais das autoras, instigadas pela participação e interesse na Festa Literária Internacional de Paraty (Flip), evento que teve sua primeira edição virtual em 2020, em consequência da pandemia de coronavírus (Covid-19). Nosso objetivo é evidenciar alguns dos episódios que nos levaram a crer que, por um lado, a preservação do patrimônio material é latente na concepção da Flip — apesar de os interesses locais nem sempre coincidirem com os da instituição —; para, na sequência, apresentarmos certos fatos e argumentos que sugerem, por outro lado, como a salvaguarda do patrimônio imaterial não ocupa o mesmo lugar de prestígio na produção do evento. Por fim, faremos um breve comentário sobre os limites da relação com o poder público e sobre como uma perspectiva *decolonial* poderia favorecer a produção do evento e sua relação com a comunidade.

Criada em 2003, pela Associação Casa Azul, a Festa Literária tem como um de seus objetivos o de “promover em Paraty, cidade distante das capitais, uma experiência de encontro permeada pelas artes”³. A relação com o território sempre foi, portanto, um fio condutor essencial em sua concepção e programação, sobretudo na relação com o Centro Histórico da cidade, onde a maior parte das atividades se desenvolve durante o evento.

3 Extraído da seção “Sobre a Flip – Histórico”. Disponível em: <<https://www.flip.org.br/historico>>. Acesso em: 9 fev. 2020.

Parte da tensão mencionada surge justamente deste ponto: como dar tanta importância ao território sem levar em consideração quem o constitui? Paraty, aliás, foi tombada sob o signo da simplicidade, da vida em comunidade e de uma estética vernacular. Assim, bastaria tão somente proteger a carapaça física para que esses conceitos se mantivessem?

Além da Flip, a Associação desenvolve um Programa Educativo nos dias de Festa e, ao longo do ano, uma atuação junto à comunidade por meio da Biblioteca Comunitária Casa Azul. Estabelecida na Ilha das Cobras, a Biblioteca oferece um acervo com cerca de 20 mil títulos, cursos de formação para mediadores de leitura, além de diversas oficinas e atividades para jovens e crianças. A instituição possui ainda um programa de doações a bibliotecas do entorno e constitui, com elas, a Rede de Bibliotecas Comunitárias. Nesse aspecto, nos questionamos também: como convivem esses dois braços de atuação da Flip? Eles têm o mesmo peso no desenvolvimento do projeto? E, sobretudo, como essas iniciativas auxiliam na preservação das tradições locais?

METODOLOGIA

A investigação sobre as hipóteses levantadas se deu a partir de um desenho qualitativo de pesquisa. Destaca-se a análise documental como importante suporte metodológico a este estudo: uma vasta documentação oficial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), determinante para o entendimento dos critérios que definem patrimônio material e imaterial no país; arquivos disponíveis no acervo online da Flip; bem como matérias jornalísticas e fontes de um universo considerado informal de blogs e redes sociais.

Outra estratégia foi a realização de entrevistas em profundidade com diferentes agentes culturais envolvidos nessa relação entre evento, cidade e população, sendo cada um deles um gestor representante de esferas distintas de atuação. São eles: Izabel (Belita) Costa Cermelli, diretora-geral do Programa Educativo e parte do Conselho da Associação Casa Azul; Cristina Maseda, secretária municipal de Cultura de Paraty e responsável pelo restauro da Casa da Música e do Cinema da Praça, tendo sido também curadora de programações educativas do evento; Paula Fabricante Nascimento, pesquisadora e gestora cultural, que atualmente, integra a equipe de Maseda na Secretaria como diretora de Equipamentos Públicos, responsável sobretudo pelo Cinema na Praça, compartilhando o interesse pela relação entre Flip e Paraty; e Ronaldo dos Santos, gestor cultural, ex-secretário de Cultura de Paraty, representante do Quilombo

do Campinho da Independência, uma das comunidades tradicionais locais, ao lado das indígenas e das caiçaras.

O PATRIMÔNIO MATERIAL E SUA ESPETACULARIZAÇÃO

O nascimento da Flip não se dá por um projeto conectado diretamente com o mundo da literatura e dos livros. Seu ponto de partida está ligado a uma proposta urbanística de Mauro Munhoz, fundador e atual diretor da Associação Casa Azul, que tinha como objetivo promover a requalificação sustentável de espaços públicos da cidade de Paraty, em especial dos territórios conhecidos como borda-d'água⁴. A leitura territorial promovida por Munhoz dá origem, posteriormente, a uma metodologia própria da Casa Azul, que viabilizou não apenas a concepção da Festa Literária, mas de outros projetos ligados à cidade, como o Museu do Território de Paraty. É importante ressaltar que o projeto de revitalização dos territórios de borda-d'água é ligado diretamente à preservação do patrimônio, pois mudanças não observadas ou monitoradas nesses espaços limítrofes podem pôr em risco a paisagem local — parte elementar da patrimonialização de Paraty —, bem como as outras áreas que margeiam as águas, como é o caso de Ilha das Cobras e Mangueira.

O inchaço populacional e a falta de políticas públicas resultaram na ocupação informal dessas áreas e no surgimento de duas centralidades. De um lado há o bairro histórico ou a “cidade visível”, que guarda o patrimônio material e arquitetônico. Do outro, a Ilha das Cobras e Mangueira, a “cidade invisível”, onde, apesar da visibilidade muito reduzida, tanto por parte dos turistas quanto das autoridades, está o “saber fazer” do paratiense, o patrimônio imaterial da cidade. (OLIVIERI; NATALI, 2016, pp. 128-29.)

O processo de desenvolvimento do projeto foi recebido com resistência por parte da comunidade. Nesse sentido, além de promover outras iniciativas urbanísticas, a realização da Flip também surge como tentativa de superar essa dificuldade. Apesar de preocupada com o território e suas identidades, nem sempre a visão da instituição parece encontrar respaldo na sociedade organizada paratiense. A polêmica envolvendo a revitalização da Praça da Matriz, território do tipo borda-d'água, é sintoma disso.

4 Espaços de uso coletivo que se localizam na transição entre terra e água.

Com o objetivo de retomar o desenho dos anos 1920, a Casa Azul apresentou entre 2008 e 2009 um projeto de revitalização da Praça no contexto do plano Mar de Cultura — parte de uma política do Ministério do Turismo e do Governo Federal. Com recursos do BNDES, cerca de 700 mil reais captados via Lei Rouanet, a reforma aconteceu entre 2011 e 2012 e teve como arquiteto responsável o próprio Mauro Munhoz. Apesar da aparente articulação com a sociedade civil e com os órgãos competentes, como o Iphan, alguns grupos locais impuseram grande resistência ao projeto apresentado e ao modo como ele havia sido conduzido. Organizações como o Movimento Amamos Paraty e diversas associações de moradores alegam que não estiveram presentes nos grupos de trabalho desenvolvidos, tampouco foram oficialmente informados sobre o desenvolvimento do projeto⁵. Quanto às reivindicações dos grupos locais, Mariana Priester destaca: “Considerou-se a transformação da Praça, mesmo com o resgate de aspectos de seu traçado original, como uma ‘modernização’, que atacava justamente o ‘clima’ da cidade histórica, com a ampliação da área concretada e, principalmente, com a retirada das pedras históricas” (PRIESTER, 2015, p. 128). O fato de muitos dos moradores terem sido surpreendidos com o projeto já em andamento apenas agravou o descontentamento. Como resultado, uma petição pública foi criada, e a obra chegou a ser paralisada por um período, sofreu algumas mudanças estruturais, mas, por fim, prosseguiu.

Hoje, a Praça da Matriz, cercada por restaurantes, lojas e vendedores de doces, é um dos palcos principais da Flip, abrigando a Central Flipinha e a Tenda do Telão, ambas de acesso gratuito ao público. Os degraus de concreto — material tão criticado pelos moradores, em oposição às pedras de cachoeira de outrora — se transformaram, a partir da nova configuração, em assentos para o público, e a elevação da Praça com relação à rua — fruto da reforma conduzida pela Casa Azul —, contribui para a sensação de que há, ali, um auditório. Fica clara a existência de uma forte disputa de narrativas, na qual a Associação e, por consequência, a Flip são importantes interlocutoras, perante a sociedade civil organizada e o Poder Público. Nota-se também como o tensionamento entre esses agentes é importante para a construção da cidade e para a preservação do patrimônio material, ainda que explicita as múltiplas visões que se têm a respeito do que deve ser preservado e como.

5 O Movimento Amamos Paraty, na ocasião, promoveu uma grande articulação contra a obra. Tudo foi registrado no blog da organização, de onde tiramos algumas das informações aqui compartilhadas. Disponível em: <<https://bit.ly/2MWPdVJ>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

... os limites sobre o que é tradicional e o que é autêntico ficam sempre postos a prova; dependem do lugar, das influências, do momento histórico, da interpretação de cada indivíduo e das formas como a coletividade se apropria e se reconhece no espaço onde o bem se insere. (PRIESTER, 2015, p. 130.)

Durante a Festa Literária, Paraty é palco e enredo, portanto, faz parte do DNA constitutivo do evento. Há, por exemplo, uma grande preocupação com a cenografia: além de nunca ultrapassar a altura da Igreja da Matriz, a maior edificação da cidade, o Telão dos Autores é sempre branco, para não contrastar com os casarões de estilo vernacular, e a sinalização é toda feita em madeira, material caro à região. Além disso, os patrocinadores são estimulados a elaborar as chamadas Casas Parceiras, que se instalam em casarões do Centro Histórico, não contrastando com a paisagem local. Esse Centro Histórico ganha, durante a Flip, aparência e significado novos, e recebe e interage com um novo público, em geral forasteiro e de maior poder aquisitivo. Isso traz recursos, mas gera um processo de “museificação” ou “patrimonialização”, no qual a cultura e o patrimônio passam a servir às lógicas mercadológicas do turismo. Segundo a arquiteta e urbanista Paola Jacques, a partir dessa lógica, revitalizações urbanas — como as encampadas pela Associação Casa Azul — são encaradas como “uma efetiva inserção dentro de uma competitiva rede global de cidades ditas culturais ou turísticas” (JACQUES, 2003, p. 32) e são, muitas vezes, normatizadas para que possam atender a essas demandas internacionais. Esse movimento é acompanhado por um processo de “espetacularização” das cidades contemporâneas, que, acometidas por discursos aparentemente contraditórios entre preservar o antigo e construir o novo, passam a ser constituídas e patrimonializadas sob o argumento do turismo e do mercado, o que pode ser ainda mais inquietante em cidades históricas.

A memória da cultura local — o que a princípio deveria ser preservado — perde-se em prol da criação de grandes cenários para turistas. E o mais grave: na maior parte das vezes, a própria população local, responsável e guardiã das tradições culturais, é expulsa do local da intervenção, pelo processo de gentrificação. (Ibidem, 2003, p. 34.)

Tal processo de gentrificação ocorre no Centro Histórico e nas regiões do entorno de Paraty desde os anos 1970. Nesse contexto, “o patrimônio cultural urbano passa (...) a ser visto como uma reserva, um potencial de espetáculo a ser explorado” (ibidem). Um antídoto para isso, continua

Jacques, seria estimular a intensa participação e a ocupação popular nas áreas de patrimônio e em projetos de revitalização urbana, uma vez que “manter as pessoas significaria manter as atividades cotidianas, as tradições locais e, por conseguinte, a cultura (e a própria cidade) ‘viva’. A preservação, nesse caso, deveria vir de ‘baixo para cima’ e, no seu caso extremo, poderíamos até nem mais necessitar de tombamentos” (JACQUES, 2003, p. 37).

Muito do que Paola Jacques argumenta se assemelha à relação que se dá entre Paraty e a Flip. Além do episódio da revitalização da Praça da Matriz, a ocupação (ou a falta dela) que se tem do Centro Histórico ressoa essa ideia de museificação, na qual o território passa a ser de certa forma intocável, espaço no qual é permitido apenas observar. Nesse sentido, o processo de esvaziamento dos moradores locais, por exemplo, dificultou a realização e a continuidade de certas tradições⁶. Sendo assim, a Festa Literária, apesar de ser uma ação cujo objetivo é o de corporificar um projeto urbanístico mais amplo, levando em conta, segundo seus autores, o uso que as comunidades locais têm daquele espaço, passou a pautar, em conjunto com outros grandes eventos externos ali produzidos, o desenho do território e sua preservação patrimonial (material) com base no turismo, bem como no uso que esses visitantes fariam dele durante os dias de Festa.

O APARENTE DESCASO COM O IMATERIAL

Paisagem natural – mar, montanha, vegetação; edificações moldadas à mão humana – igrejas, casarões, pontes, portos; além dos bens imateriais – pessoas, comunidades e os sons, as cores, os cheiros que produzem e ecoam. No município de Paraty, todos esses componentes estão presentes. É possível afirmar que a Festa Literária mescla todos eles em sua comunicação textual e visual, mas de que forma ela se relaciona com as expressões humanas e culturais da cidade?

Começemos pelos aspectos internos: os agentes envolvidos na concepção da Flip localizam-se, sobretudo, na cidade de São Paulo e fazem parte de um recorte de classe média ou classe média alta. As mesas literárias, que compõem o Programa Principal e concentram grande parte da

6 Na Festa do Divino, importante manifestação popular da cidade, mencionada adiante, o festeiro costumava residir próximo à Igreja da Matriz e ser o anfitrião das preparações; hoje, foram necessárias certas adaptações, como a utilização de dependências da Igreja para organização da Festa ou empréstimo de casas aos festeiros da edição vigente por parte daqueles que ainda residem no Centro. Para mais sobre o assunto, ver Nascimento (2015, p. 80).

captação e o maior espaço na imprensa e nos demais meios de divulgação, são definidas por uma figura muito importante à composição do evento: o curador ou a curadora, escolhido(a) pelo conselho diretor da Associação Casa Azul. Uma exceção a esse cenário é o Programa Educativo: sua coordenadora é a paratiense Belita Cermelli e sua equipe transita entre São Paulo e Paraty. Em segundo lugar, o financiamento do evento opera de acordo com a lógica do capital, o que também confere olhar cosmopolita ao festival, formato que se repete em muitas instituições culturais paulistanas. Isso se evidencia (e, de certa forma, se completa, como num ciclo) na configuração da equipe, que também apresenta um repertório cultural bastante cosmopolita — note-se que o problema não é o repertório de cada um ou o material humano, mas a lógica viciada entre capital, poder e opressão, traduzindo-se em invisibilidade para as tradições locais. Essa conclusão tem lugar numa fala emblemática de Ronaldo dos Santos, um de nossos entrevistados, que expõe a máxima de que, segundo ele, “... para construir junto, tem que *saber*” (2020, p. 113); é preciso, assim, que se estabeleça uma verdadeira troca entre a organização e a cidade-receptora: aqueles que desenham as programações da Flip precisam conhecer a cidade de Paraty, seus habitantes e suas práticas culturais, para que, ao mesmo tempo, a população paratiense, em todas as suas camadas, possa igualmente conhecer e entender a intenção dessas atividades, conferindo sentido e caráter participativo ao evento.

Uma evidência explícita da importância da preservação das tradições culturais e das comunidades históricas do território de Paraty foi a titulação de Patrimônio Mundial Misto concedida pela Unesco (2019). Foi a integração entre conhecimento popular, patrimônio material e preservação ambiental que deu a Paraty e a Ilha Grande o título, primeiro reconhecimento a um sítio misto no Brasil e o primeiro na América Latina a incluir uma região onde se encontra uma cultura viva. De acordo com Maseda, “são os saberes e fazeres do território que auxiliam nessa preservação” (2020, p. 98).

Na Festa Literária, ainda que haja a busca pelo diálogo com Paraty para costurar algumas programações, como é o caso da Mesa Zé Kleber, dedicada às discussões caras à cidade, percebemos que grande parte do que se passa durante o evento reforça a ideia de algo que já chega pronto. Novamente, a exceção a essa lógica, ou, pelo menos, uma tentativa de exceção, é o Programa Educativo. Visto que a situação educacional do município é sensível, uma programação dedicada à formação de leitores e de cidadãos plenos, por meio do acesso à leitura e à cultura, é uma ideia desde a concepção da Flip. Essa motivação significou a manutenção de uma equipe dedicada ao Educativo estabelecida em Paraty, atenta às questões

da cidade, em constante troca e parceria com a Secretaria Municipal de Educação e sua rede de ensino, educadores e alunos.

Se a população local tem espaço diminuto na elaboração da programação — parte trabalha durante a realização do evento em funções como as de carregadores, montadores, seguranças, responsáveis pela limpeza, atendimento ao público etc. — e, em algumas ocasiões, sequer tem conhecimento do que se passa no festival, é quase redundante dizer que essa comunidade não se sente parte produtora do evento. Ora, se são as pessoas e seus saberes que constituem o patrimônio imaterial, é possível supor que a organização da Flip carece da atenção necessária à salvaguarda, à promoção e à sustentabilidade dos patrimônios que constituem o campo simbólico de Paraty, uma vez que, como vimos: i) o projeto é pensado na capital paulista e por moradores de lá; ii) os paratienses não participam da elaboração da maioria das atividades e não fazem parte das equipes com trabalho intelectual; iii) e, por fim, não desfrutam das atividades, pois trabalham durante sua realização. Deve-se destacar, ainda, que o olhar da Festa Literária em relação à cidade e suas edificações (patrimônio material) e às comunidades que ali vivem (patrimônio imaterial) revela certo assistencialismo imediatista, com ações que parecem muito circunscritas à geração de postos de trabalho temporários, afastando ainda mais o paratiense da efervescência daquele processo cultural.

Vale também fazer um breve comentário sobre as chamadas festas tradicionais ou comunitárias. Reconhecida como patrimônio imaterial pelo Iphan, a Festa do Divino Espírito Santo é central no calendário da cidade e dela fazem parte diversas manifestações culturais, como a Congada, dança de origem afro-brasileira. A Festa do Divino, como outras festas tradicionais, é referida com carinho pela população, pois grande parte de sua identidade, de sua história e de sua iconografia se reproduzem durante a realização do festejo. Com a chegada dos grandes eventos à Paraty a partir dos anos 2000, observa-se uma corrida por legitimação que acaba por forçar a festa originária a se homogeneizar, perdendo assim algumas das características distintivas que a fazem única — pondo em risco elementos essenciais à sua própria patrimonialização. Decerto as festividades tradicionais se modificaram com os anos, em decorrência de inúmeros fatores externos e internos à estrutura social paratiense, como a ocupação dos territórios por uma elite forasteira, ou, ainda, devido à incorporação de elementos das juventudes, que somam seus repertórios às festividades; mas, sem dúvida, a realização de grandes eventos não apenas catalisou essa modernização de formato, como a direcionou para um modelo pré-determinado, incorporando lógicas como a construção de tendas ou a realização de atrações culturais alheias às tradições locais, mais voltadas à atração de turistas.

O histórico do turismo na cidade fluminense guarda íntima ligação com a especulação imobiliária e é marcado pela expulsão das populações tradicionais de seus espaços de moradia e de convivência, movimento que teve início, sobretudo, nos anos 1970/80, com a chegada de uma elite econômica vinda de São Paulo e do Rio de Janeiro. Em mais um processo de invasão, numa cidade que ostenta as marcas da colonização portuguesa, reconhecida pela escravização de negros e indígenas e pelo apagamento das religiosidades e rituais culturais de populações nativas, comunidades foram empurradas para as margens, criando os bairros periféricos que hoje conhecemos, como é o caso de Ilha das Cobras e Mangueira. No entanto, se são justamente essas as comunidades que preservam em seus corpos os patrimônios imateriais deste território, como um movimento que as força à marginalização poderia ao mesmo tempo ser um veículo de preservação?

A Festa Literária, nesse contexto, é um grande vetor de atração turística. O evento mobiliza uma nova temporada em Paraty, em pleno inverno, ao lado do Carnaval e do Réveillon. Essa movimentação tem por consequência o aumento da atividade econômica e sem dúvida traz para a cidade considerável aporte; mas para quem, em Paraty, vai esse dinheiro? Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas (MINC; FGV, 2018), os dados do turismo gerados em função da Flip devem ser medidos em impacto direto, “a quem o turista paga diretamente” (compras, transporte local, passeios/atrativos, hospedagem, alimentação, bebidas), e impacto indireto, “salários e fornecedores” (combustível, agricultura, energia, comunicação, logística, indústria fornecedora de insumos, entretenimento, imobiliário, treinamento, saúde). Temos, em números da edição de 2018: i) **hospedagem**: entre os brasileiros, 74% dos turistas hospedaram-se em hotéis, em especial no Centro Histórico e nas regiões do entorno (Jabaquara e Pontal); entre os estrangeiros, 63%; ii) **alimentação**: 83% dos brasileiros fizeram suas refeições no Centro Histórico; entre os estrangeiros, 28%; iii) **passeios/atrativos**: Igreja da Matriz, Igreja Santa Rita, Museu de Arte Sacra, passeios de barco, alambiques e cachoeiras; iv) **compras**: livros – BR. 63,6% / EST. 42,4%; produtos produzidos em Paraty – cachaças: BR. 34,4% / EST. 24,2%; artesanato: BR. 33,4% / EST. 27,3%; lembranças da cidade: BR. 22,2% / EST. 18,2%. A partir desse recorte, podemos perceber que a maioria da movimentação econômica é *centralizada*, sobretudo no Centro Histórico e seu entorno, e nas mãos dos comerciantes que têm condições de se manter nessa área. É evidente que os processos do turismo predatório não começam com a Flip, e as práticas nele envolvidas constituem um problema estrutural que deveria receber a devida atenção do poder público, mas, em mais este ponto de intersecção (turismo x grandes eventos), a Festa reforça a lógica da concentração: é concentrada interna

(equipe, captação de recursos) e externamente (locais de programação, convidados, temática, formato). Em termos materiais, quando os recursos chegam (se chegam) às comunidades tradicionais, eles aterrissam defasados, esvaziados, bem como as discussões, os debates e as ações de salvaguarda dos saberes e fazeres que ali habitam.

Por fim, retomando os aspectos de financiamento, a Festa Literária é essencialmente custeada por patrocínio direto ou via leis de incentivo, condição que impõe algumas obrigações ao evento, que não goza de total independência e se vê submetido às demandas de seus patrocinadores, em especial às demandas dos departamentos de marketing de grandes empresas privadas. Se considerarmos que a articulação entre memória, saberes e fazeres ancestrais e práticas coletivas de subsistência opera fora da lógica do capital de mercado, por assim dizer, o abismo entre as instâncias de organização da Flip e das comunidades tradicionais se agrava. Não se trata de dizer, no entanto, que a cultura está dissociada do mercado, que encontra formas de lucrar ao investir num determinado conjunto de conhecimentos próprios a uma comunidade. O próprio mercado percebeu, já há algumas décadas, quanto a cultura pode ser lucrativa. Podemos ir mais longe ao afirmar que, dentro da lógica do valor de mercado, quanto mais “legítima” é determinada prática cultural, ou seja, quanto maior valor cultural agregado ela tem, ela se torna ainda mais vendável, pois é carregada de maior credibilidade, conferida pelos indivíduos que a performatizam. No embate entre capital privado e construção participativa, são vários os descompassos e eles apontam para muitas direções: o aspecto temporal, expresso numa velocidade sempre crescente, e o protagonismo dos números, *impactos* que podem ser quantificados, são apenas dois exemplos.

OS LIMITES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Num país em que os limites entre as dimensões pública e privada se confundem com frequência e nossas bases de bem-estar social são frágeis ou não existentes, é muito comum entidades privadas assumirem o papel do Estado. A situação de Paraty não é diferente. As secretarias de Turismo e Cultura, antes fundidas em uma pasta única, foram divididas em pastas distintas apenas em 2010; a primeira ficou responsável, entre outras funções, pela promoção turística e pela regulamentação dos eventos externos, como a Flip — mesmo sob a ótica do Poder Público, a lógica está conformada com o turismo e o mercado —; já a segunda tem entre suas atribuições a gestão dos equipamentos públicos culturais e a salvaguarda do patrimônio imaterial, inscrito nos saberes e fazeres dos mestres

tradicionais e de toda a comunidade. Como é possível, então, para uma organização da sociedade civil, unir dois mundos fragmentados pela própria constituição do poder público? Diante desse cenário, seria necessária a articulação de políticas interseccionais e intergovernamentais (incluindo órgãos como o Iphan), que garantam, nem que seja por meio de uma legislação própria, a relação entre os eventos externos e as comunidades e seus patrimônios⁷.

Nesse sentido, acreditamos que a Festa Literária pode fazer uso de sua influência, por exemplo, entre as camadas mais abastadas da sociedade, com quem está em constante e frutífero contato, justamente porque o nascedouro do projeto também advém desse grupo social. A questão aqui não é confundir o trabalho do Estado com as possibilidades de uma entidade privada, ainda que sem fins lucrativos, mas sugerir a união de forças, a construção coletiva de parcerias de natureza público-privada que visem e permitam institucionalizar projetos mais participativos de preservação e salvaguarda dos patrimônios na cidade de Paraty, agindo em conjunto para que o paratiense e suas culturas se tornem, de fato, os grandes protagonistas dessa e de qualquer eventual Festa.

PERSPECTIVAS DECOLONIAIS

Ao considerarmos o nascimento da Flip a partir de um projeto urbanista, a hipótese inicial de que as ações do evento teriam impactos positivos sobre o patrimônio material decerto ganhou outra dimensão: a de que a sustentabilidade da Festa *depende* da sustentabilidade desses espaços patrimoniais. A dedicação à preservação do material e a preocupação em evidenciar essas edificações no desenho das instalações do projeto nem sempre acontecem de maneira satisfatória para a cidade ou para as populações que ali vivem, pois, frequentemente, revelam uma adequação para melhor funcionamento do próprio evento, com pouca participação local e a serviço das lógicas predatórias do turismo especulativo, que insere Paraty no circuito das chamadas “cidades culturais”, da especulação imobiliária (estabelecida no Centro Histórico e nas localidades do entorno, por vezes espaços de preservação ambiental) e da gentrificação.

Para entender essa dinâmica, da qual a Flip não é inventora, mas parte constitutiva, resgatamos os significados dos processos de globalização,

⁷ A análise das políticas públicas de Paraty exigiria um aprofundamento que não cabe neste espaço. Nem é nossa intenção propor saídas desse impasse; apenas gostaríamos de ressaltar como uma transformação descentralizada e genuína do tecido social pressupõe a articulação entre agentes públicos e a sociedade.

que começam a ser discutidos mais vivamente, no Brasil, a partir dos anos 1990, e que, no campo da cultura, culminam em seu uso para fins econômicos e de revitalização urbana, ambos voltados, sobretudo, à inserção de cidades nesse circuito global de turismo. Para a cidade de Paraty e para outras localidades brasileiras similares em termos de construção histórica, os resultados desse processo, que teve início com as políticas desenvolvimentistas dos governos civis-militares brasileiros que entendiam as comunidades tradicionais e as áreas de preservação como ameaças ao progresso tão desejado e foram continuadas ao longo dos anos, até chegarem, mais tarde, às políticas neoliberais praticadas a partir dos anos 1980 e 1990, na chamada redemocratização, podem ser assim elencados: ocupação dos territórios por uma elite forasteira, responsável pela expulsão ou, em alguns casos, extermínio de populações indígenas e quilombolas, sobretudo; consequente gentrificação do Centro Histórico; crescimento do turismo marcadamente predatório e expropriador; acirramento da violência; e aprofundamento da desigualdade social.

Já os modelos de organização e de efetiva realização da Festa Literária nos parecem estreitamente ligados ao contexto da “espetacularização urbana contemporânea”, destacada por Paola Jacques, com quem dialogamos em nossos achados. Numa primeira camada de análise, essa ligação se dá em função da sua base constitutiva: o projeto de revitalização urbana idealizado por Mauro Munhoz — não fossem a evidente fundamentação do evento na arquitetura da cidade e as ações de interferência no desenho urbano, em especial no Centro Histórico, para a facilitação do festival, este aspecto talvez seria secundário ou superado pela própria organização, o que não é o caso. Ampliando a ideia do espaço urbano como *palco*, temos a transformação das cidades em mercadoria. O uso da cultura ou dos eventos culturais são uma das ferramentas legitimadoras essenciais para a concretização do processo de mercantilização urbana, pois, são as especificidades culturais de cada território que constroem sua identidade-marca (*branding*), em termos mercadológicos. Neste ponto, devemos lembrar que toda a conjunção de elementos que compuseram a bem-sucedida candidatura de Paraty submetida à Unesco também está representada nas narrativas visuais e textuais da Flip desde o seu início: o *patrimônio material* — igrejas, casarões, pontes e calçadas; o *patrimônio natural* — fauna e flora tropicais; e o *patrimônio imaterial* — iconografias religiosas e artesanato, além de personagens que constroem o imaginário da cidade, pescadores, boiadeiros, artistas, indígenas, quilombolas, entre outras

figuras⁸. Todos esses elementos são extensivamente usados na construção da “marca Flip”, ou seja, vemos que os símbolos das populações tradicionais que habitam o território de Paraty e suas manifestações culturais compõem essa iconografia, conferindo elevada carga cultural a ser monetizada — não apenas no caso da Flip, há que se destacar.

No entanto, ainda segundo a lógica de Jacques, mesmo com suas especificidades, essas cidades parecem cada vez mais padronizadas, seguindo uma escala internacional, o que seria acentuado nas chamadas cidades históricas, cujos espaços são transformados em *cenários* pensados para os turistas — especialmente o estrangeiro; no Brasil, o turista branco europeu, de preferência —, meros cartões-postais estáticos. Ronaldo dos Santos reforça essa impressão de homogeneidade: “A Flip é pensada em São Paulo, num escritório em São Paulo. Paraty não participa dessa história. *Eu acho mesmo que Paraty é só um palco pra Flip. A Flip, ela poderia acontecer em qualquer cidade do mundo e ela seria do mesmo jeito*” (2020, p. 110). Tal afirmação reforça a hipótese de que a Festa reproduz a lógica dos grandes eventos, que servem primeiramente às demandas de seus patrocinadores e constituem suas programações e seu formato a partir de uma visão forasteira, justamente por não considerar as culturas locais em sua elaboração, da constituição da equipe às personalidades convidadas, valendo-se do entorno como paisagem estática para ganhar legitimidade e especificidade.

Partindo do conceito de que os eventos culturais deveriam cumprir o papel de elaborar sentidos comuns em torno de diferentes manifestações artísticas e dos indivíduos que com elas interagem, colocando-os em diálogo, esbarramos na reprodução de um paradigma comum à realidade brasileira, que é o de *levar*⁹ cultura a quem, a partir dessa visão, não teria acesso a ela ou, do contrário, não saberia apreciá-la ou mesmo reconhecê-la sem o auxílio do outro. Temos aí a verificação, no âmbito cultural, do processo de reprodutibilidade perversa de um dualismo que está presente

8 Cartazes promocionais produzidos a cada edição, disponíveis no site oficial da Flip, podem ilustrar esta argumentação. Desde o seu primeiro ano, o cartaz da Festa Literária, que por muito tempo foi um produto comercializado e disputado, tem ilustração assinada pelo artista australiano Jeff Fisher. Disponível em: <<https://www.flip.org.br/edicoes-antiores/>>. Acesso em: 17 mar. 2021.

9 Para esta construção, partimos do que nos ensina a pesquisadora Isaura Botelho: “Pressupõe-se que existe um legado de valor universal que deveria ser assimilado como repertório de qualquer pessoa ‘cult’, em oposição às práticas consideradas ‘locais’, vistas como expressões de saberes particulares, em princípio mais limitados do que os herdados da ‘alta cultura’. (...) Tais políticas repousam sobre dois postulados básicos: o primeiro define que a cultura socialmente legitimada é aquela que deve ser difundida; o segundo supõe que basta haver o encontro (mágico) entre a obra (erudita) e o público (indiferenciado) para que este seja por ela conquistado”. (2016, pp. 49-50).

na sociedade brasileira em geral, e que é expresso pela predileção da cultura branca, erudita, produzida na metrópole em detrimento das expressões locais, algumas, inclusive, frutos dos processos de colonização — as festas tradicionais católicas nos territórios brasileiros são exemplo claro das produções culturais que nascem desses movimentos de invasão, que também promoveram, entre outras consequências, encontros culturais. Nesse sentido, ao conceber a Flip apartada da realidade paratiense, desde o seu nascedouro — com raras ressalvas, é preciso reiterar, aos processos de constituição do Programa Educativo —, a organização acaba por contribuir para a centralização, no eixo Rio–São Paulo, e para a exotização da cultura nacional, constituindo-se como uma plataforma de reprodução de autores já prestigiados, pertencentes à cultura branca mundializada, por ser construída por e para uma elite herdeira do arquétipo colonial.

Com base no raciocínio desenvolvido em torno das narrativas em disputa e da relação de poder que recaem sobre os patrimônios material e imaterial presentes em Paraty, e, ainda, diante do histórico de colonização deste território, que marca igualmente a constituição de nosso país, além da escassez de políticas culturais que contemplem as manifestações de comunidades tradicionais pelo Brasil¹⁰, entendemos que, para que haja a possibilidade de adoção de uma política e de ações de preservação mais amplas, é necessário pensar a Festa Literária a partir de uma perspectiva *decolonial*. Compreendido por produções teóricas heterogêneas, o conjunto dos chamados estudos decoloniais, que têm origem nos anos 1990 e que hoje acumulam bibliografia especializada em diversas partes do mundo, propõe, em linhas gerais, a “... revisão da constituição histórica da *modernidade* e de suas transformações na América Latina (...) à luz da *categoria colonialidade*” (QUINTERO et al., 2019, p. 3), voltando-se para o período de dominação europeia dos povos da América, nos séculos XV e XVI, como o processo introdutório da modernidade. Entre muitos aspectos desta perspectiva teórica, que não teremos espaço para analisar a fundo aqui, destaca-se, como contribuição a esta argumentação, “a subalternização das práticas e subjetividades dos povos dominados” (ibidem, p. 5).

Considerando que os mecanismos de colonialidade, obviamente diante da perspectiva da colônia, sobrevivem ao colonialismo, vemos que as camadas dos patrimônios imateriais são interpretadas pela Flip de forma eurocentrada, o que se reflete também no elogio e no destaque à *palavra*. Nas mesas literárias que são as protagonistas do evento, e que constituem o “Programa *Principal*” — mais uma vez, a linguagem é reveladora das relações de poder —, temos um ponto-chave: o formato de conversa entre

10 Sobre o histórico de construção das políticas culturais no Brasil e suas relações com as ditas culturas populares, ver Rubim (2008, pp. 185, 189-90).

um(a) autor(a) e um(a) mediador(a) é mesmo o único formato de diálogo possível? Nem sempre a expressão de determinada comunidade é atravessada pela palavra escrita; podemos, por exemplo, lembrar as tradições de oralidade que constituem expressões importantes de muitas culturas tradicionais no Brasil. E onde ficam, diante desse formato, as outras manifestações, como a música, a dança ou as encenações? E mais, a composição que reúne duas cadeiras, confortáveis e acolchoadas, posicionadas sobre um palco elevado em relação à plateia, inseridos os dois dentro de uma tenda, é de fato um espaço convidativo? Ou, ainda, o formato faz parte do imaginário de todos os agentes culturais paratienses, colocando-os em posição confortável para apresentar a expressão de sua arte? Ainda que a programação da Tenda dos Autores possa ser assistida gratuitamente, ou seja, há possibilidades de acesso democrático, será que todo artista se entende parte daquele contexto para fazer ali a sua apresentação?

Há que se considerar que a Festa Literária, com seus dezenove anos de história, soma tempo suficiente de conhecimento do território para partir para outra e mais ousada etapa: ultrapassar os dias de festa, em ação conjunta com os representantes do poder público e agentes da sociedade civil, com o objetivo de firmar maior capilaridade no terreno da leitura, da alfabetização e da educação e proporcionar impactos de maior duração que contribuam para a efetiva transformação social e ampliação de acesso, sobretudo, no âmbito da leitura e das letras. No entanto, essa nova etapa, em nosso entendimento, depende da tomada de protagonismo pelos indivíduos representantes das tradições e das comunidades locais que vivem e experienciam o território cotidianamente. Assim, é evidente que a Associação Casa Azul e a própria Flip são de substancial importância para a cidade de Paraty e que a história desenvolvida entre elas não deve ser desconsiderada, pelo contrário, deve ser lembrada e celebrada, em especial, se considerarmos a projeção que as atividades da instituição e do evento possibilitaram à cidade fluminense, evidenciando a riqueza do território àqueles que não necessariamente o conheciam ou, se conheciam, não o consideravam como um destino propriamente cultural, mas paradisíaco. Tal relevância é evidenciada mesmo pelos entrevistados mais críticos a ela:

Eu acho que a Flip já integra parte do patrimônio de Paraty, já faz parte desse universo de festas, seja qual for o nível de crítica, de movimento (...) E por isso que cada dia mais ela tem que dialogar com o lugar (...) [O evento] pode ser transformador para muita gente aqui, pode agregar de uma forma muito positiva. Não quero que acabe, pelo contrário, quero que ela possa sair do Centro Histórico. (NASCIMENTO, 2020b, p. 95.)

Isto é, o presente estudo não pretende desconsiderar a atuação da Flip ou invalidar a sua imensa contribuição nacional em torno das letras, da leitura e da literatura, que ultrapassa o território de Paraty, mas indicar que é possível a elaboração de uma organização e programação novas, que não necessariamente seriam lideradas ou mesmo levadas a cabo somente pela Casa Azul, mas pensadas a partir de parcerias entre a própria instituição e outras organizações locais, institucionalizadas ou não, membros da sociedade civil paratiense e poder público. Neste novo desenho formativo, seriam considerados os patrimônios materiais e imateriais de Paraty a partir do entendimento e do contato de suas populações, com vistas a enriquecê-lo. Mas como fazer o novo? Considerando os vícios para a realização de eventos culturais de longa duração, tidos como bem-sucedidos, que instituíram suas próprias tradições, por assim dizer, como realizar esse rompimento de paradigmas? Talvez estes tempos de pandemia, que colocam em xeque formatos, conhecimentos e modelos já institucionalizados, sejam justamente o momento de repensar o que se fez até aqui, para entender como é possível caminhar adiante.

CONCLUSÃO

Ao longo deste artigo, buscamos condensar, por meio da escrita — da palavra, que aqui ganha especial dimensão, por se tratar de um objeto de investigação do campo das letras e da literatura —, a complexidade que representam o território (Paraty) e o evento cultural (Flip) estudados. Em meio à diversidade de indivíduos e de entidades envolvidos, fizemos discussões e provocações, tendo a consciência de que esta reflexão se coloca como um ponto de partida para o debate em torno das camadas de patrimônio, material e imaterial, e das relações entre eventos culturais e populações tradicionais; ou seja, ainda que firmemos este espaço como uma contribuição, temos a consciência de que há muito mais a olhar, ouvir e refletir. Sendo assim, acreditamos que esta conclusão deve propor, na realidade, a abertura para algumas proposições, que decerto não se esgotam aqui, de repensar o modelo a partir do qual se constitui a Festa Literária.

Nesse sentido, poderíamos discutir algo que marcou a história da Flip — mais especificamente até 2016: a falta de representatividade de mulheres, transgêneros, negros e negras e indígenas entre os convidados — após esse período, algumas mudanças estruturais mais expressivas começaram a ser realizadas. No entanto, visto que esse tópico tem sido ostensivamente debatido nas instâncias institucionais e fora dela e mesmo nas mídias tradicionais, ditas consagradas, e que, apesar de extremamente

importante e longe do esgotamento, o aspecto escapa ao escopo desta pesquisa, entendemos que é preciso ir além. Resta a nós, diante disso, ampliar o problema da representatividade com relação ao próprio território de Paraty: por que não incentivar a publicação literária local, por exemplo? Sabendo que o mercado editorial é um dos mais desiguais do país¹¹, seria interessante pensar a inserção de autores paratienses no circuito oficial de publicações. Uma das possibilidades seria a de mobilizar as grandes e pequenas editoras brasileiras, com as quais a Flip mantém estreita relação, destacando a importância da publicação desses autores e autoras para a descentralização de narrativas e a monetização do trabalho intelectual.

Quanto à curadoria, é mesmo necessária a figura de um(a) único(a) responsável, sem qualquer participação de outras instâncias? O que propomos aqui é a opção pelo estabelecimento de uma comissão cultural, de curadores, no plural, composta por membros da Casa Azul, da sociedade civil de Paraty, das comunidades tradicionais, entre outras participações, com o intuito de ampliar as escolhas dos autores para, quem sabe, subverter as lógicas dos formatos e dos debates, promovendo encontros mais livres e convidativos com a literatura. A partir do estabelecimento desse conselho, seria possível pensar o acolhimento das chamadas “*off Flips*”, programações paralelas que já acontecem durante os dias do evento, espalhadas sobretudo pelos territórios periféricos não ocupados originalmente pela Festa Literária. O nascimento dessas programações acontece desde a primeira edição, e apenas cresce ao longo dos anos, o que demonstra quão fértil cultural e politicamente é a cidade de Paraty e, em especial, as juventudes que ali habitam. O despertar dessas programações indica ainda a relevância de receber um evento cultural de porte nacional, que atrai públicos de todo o país e de fora dele, no estímulo a outras manifestações, ainda que de caráter crítico ao próprio evento, mas que pensem o território e suas questões.

Quando a Flip surge, o pessoal da cidade cria um movimento chamado “Off Flip”. Além da Off Flip, foram surgindo outras “offs”, quer dizer,

11 Ver Massuela (2018). Essa pesquisa, coordenada pela professora Regina Dalcagnè, é reveladora do abismo de classe, raça e gênero que representa o mercado editorial. Os números coletados revelam que, apenas no período de 2005 a 2014, entre as editoras e os títulos destacados acima, 97,5% dos autores publicados eram brancos, contra 2,5% de autores não brancos; na composição de gênero, temos 70,6% de homens publicados versus 29,4% de mulheres. Em relação às personagens retratadas, o número de personagens negras é de 6,3% e o de indígenas desce para apenas 1,1%. Diante desse quadro, nos perguntamos: qual é a face da população brasileira?

tem a Flip, a Off Flip, a “Off da Off”, são “offs”, que são todas um movimento paralelo, legítimo, o lado B da coisa (...) esses eventos paralelos, eles foram surgindo espontaneamente, é a vontade do povo de fazer coisas. (DOS SANTOS, 2020, p. 112.)

Por fim, esperamos ter contribuído para as discussões em torno deste grande evento cultural e, pelo menos, elencado algumas ações que vão na direção de um futuro, do próximo passo mais ousado de que falamos acima: o estabelecimento de uma lógica participativa, menos impositiva e hierárquica, ancorada numa perspectiva *decolonial* de formação e mais centrada nas tradições do lugar, como as inúmeras festas tradicionais que ali acontecem; na preservação e na difusão dos patrimônios material e imaterial, a partir do olhar e da voz dos paratienses.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, Isaura. *Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- CERMELLI, Izabel (Belita) Costa. Entrevista on-line concedida a Juliana Costa Bitelli e Yasmin Abdalla Silva dos Santos em 16 de março de 2020. In: BITELLI, J. C; DOS SANTOS, Y. A. S. *Eventos culturais e a preservação do patrimônio material e imaterial: a experiência da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, São Paulo, 2020, Anexo I, pp. 66-83. Disponível em: <<https://bit.ly/FlipPatrimonio>>
- DOS SANTOS, Ronaldo. Entrevista a Juliana Costa Bitelli, concedida em 17 de abril de 2020. In: BITELLI, J. C; DOS SANTOS, Y. A. S. *Eventos culturais e a preservação do patrimônio material e imaterial: a experiência da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, São Paulo, 2020, Anexo III, pp. 105-114. Disponível em: <<https://bit.ly/FlipPatrimonio>>.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. “Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural”. In: ABREU, R.; CHAGAS, M. (org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. “Paraty”. Portal do Iphan: Patrimônio Cultural/Patrimônio Material/Conjuntos

- Urbanos Tombados. Disponível em: <<https://bit.ly/2Ld0kcT>>. Acesso em: 4 maio 2020.
- JACQUES, Paola B. “Patrimônio cultural urbano: espetáculo contemporâneo?”. *Revista de Urbanismo e Arquitetura*, Salvador, v. 6, n. 1, pp. 32-9, 2003. Disponível em: <<https://bit.ly/2UIW3mK>>. Acesso em: 14 jun. 2020.
- MASEDA, Cristina. Entrevista a Yasmin Abdalla Silva dos Santos, concedida em 30 de abril de 2020. In: BITELLI, J. C; DOS SANTOS, Y. A. S. *Eventos culturais e a preservação do patrimônio material e imaterial: a experiência da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, São Paulo, 2020, Anexo II, pp. 85-104. Disponível em: <<https://bit.ly/FlipPatrimonio>>.
- MASSUELA, Amanda. “Quem é e sobre o que escreve o autor brasileiro”. *Cult*, São Paulo, 5 fev. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3dOqlhK>>. Acesso em: 23 jun. 2020.
- MELLO E SOUZA, Marina. *Paraty: a cidade e as festas*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2008.
- MINC – Ministério da Cultura; FGV – Fundação Getúlio Vargas. *Certificação da 16ª Festa Literária Internacional de Paraty como integrante do Calendário Rio de Janeiro a Janeiro 2018*. Brasília / Rio de Janeiro: MinC / Prefeitura do Rio de Janeiro / Governo do Estado do Rio de Janeiro / FGV Projetos, 2018.
- MOURA, Flávio (org.). *Paraty é uma festa: dez anos de Flip / Paraty, a Moveable Feast: Ten Years of Flip*. São Paulo / Brasília: Associação Casa Azul / MinC, 2012.
- MOVIMENTO Amamos Paraty. Disponível em: <<https://bit.ly/2MWPdvJ>>. Acesso em: 4 maio 2020.
- NASCIMENTO, Paula Fabricante. *Festas em Paraty: entre a espetacularização da tradição e a tradicionalização do espetáculo*. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2SrDBhi>>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- _____. Entrevista a Yasmin Abdalla Silva dos Santos, concedida em 30 de abril de 2020(b). In: BITELLI, J. C; DOS SANTOS, Y. A. S. *Eventos culturais e a preservação do patrimônio material e imaterial: a experiência da Festa Literária Internacional de Paraty (Flip)*. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Cultural) – Centro de Pesquisa e Formação do Sesc-SP, São Paulo, 2020, Anexo II, pp. 85-104. Disponível em: <<https://bit.ly/FlipPatrimonio>>.
- OLIVIERI, Cristiane; NATALE, Edison (org.). *Guia brasileiro de produção cultural: ações que transformam a cidade*. São Paulo: Edições Sesc, 2016.
- PRIESTER, Mariana Freitas. *Os olhares sobre o Bairro Histórico de Paraty / RJ: análise de intervenções na arquitetura civil e no espaço público*.

- Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/37wurEP>>. Acesso em: 1 jun. 2020.
- QUINTERO, Pablo; FIGUEIRA, Patricia; CONCHA ELIZALDE, Paz. “Uma breve história dos estudos decoloniais”. In: VV. AA. *Arte e descolonização*. São Paulo / Londres: Masp / Afterall, 2019, #3. Disponível em: <<https://bit.ly/3xhuTVD>>. Acesso em: 13 jun. 2020.
- RUBIM, Antonio Albino C. “Políticas culturais do governo Lula/Gil: desafios e enfrentamentos”. *Intercom*, São Paulo, v. 31, n. 1, pp. 183-203, jan.-jun. 2008. Disponível em: <<https://bit.ly/2Mxknn0>>. Acesso em: 9 maio 2020.
- UNESCO. *Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial*. Versão brasileira da Convenção celebrada em Paris em 17 de outubro de 2003. Brasília: Iphan, 2006. Disponível em: <<https://bit.ly/3vnms9x>>. Acesso em: 20 jun. 2020.
- WASELFISZ, Julio J. *Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil*. Brasília: Flacso – Brasil, 2015. Disponível em: <<https://bit.ly/2SBpVQC>>. Acesso em: 4 maio 2020.